

**As muitas faces de Francisco Dias Velho:
A memória em disputa do fundador do Desterro**

The many faces of Francisco Dias Velho: The disputed memory of the founder of Desterro

Vinícius de Oliveira Gadini¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento geral das diferentes narrativas sobre o bandeirante Francisco Dias Velho, conhecido como o fundador da vila do Desterro, atual Florianópolis, e colonizador da Ilha de Santa Catarina. A ampla gama de narrativas é capaz de nos proporcionar uma visão geral sobre como a figura de Dias Velho se desenvolveu através do tempo e como isso afetou na construção da memória histórica de Florianópolis. Nos séculos XIX e XX, Dias Velho foi transformado em herói civilizador por historiadores nacionalistas, que omitiram aspectos como sua participação na escravização indígena. A narrativa oficial que se consolidou no século XX destaca-o como símbolo identitário da cidade, através da monumentalização de sua imagem e de sua inclusão no brasão de armas do município de Florianópolis.

Palavras-chave: Francisco Dias Velho; bandeirante; memória; Florianópolis.

Abstract: This article aims to analyze the general development of the different narratives about the bandeirante Francisco Dias Velho, known as the founder of the village of Desterro, now Florianópolis, and colonizer of the island of Santa Catarina. The wide range of narratives can provide us with an general overview of how the character of Dias Velho has developed over time and how it has affected the construction of Florianópolis' historical memory. In the 19th and 20th centuries, Dias Velho was turned into a civilizing hero by nationalist historians, who omitted aspects such as his participation in the enslavement of indigenous people. The official narrative that was consolidated in the 20th century highlights him as a symbol of the city's identity, through the monumentalization of his image and his inclusion on the coat of arms of the municipality of Florianópolis.

Keywords: Francisco Dias Velho; bandeirante; memory; Florianópolis.

Introdução

O bandeirante vicentino Francisco Dias Velho (1622-1687) é conhecido como principal fundador da vila do Desterro e colonizador da Ilha de Santa Catarina. Em tempos modernos, foi homenageado com uma estátua localizada ao lado do elevado e parque que levam seu nome, todos na região central da capital catarinense, além de um pequeno obelisco de bronze

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: Viniciusgadini@gmail.com.

na Avenida Beira-Mar construído em 1922 em meio às comemorações do centenário da Independência.

Contudo, esse processo de monumentalização e de criação de uma história oficial não seria possível sem antes encontrar na historiografia, ou na tradição local, os fundamentos argumentativos necessários para justificá-lo. Segundo Eric Hobsbawm (2008, p. 21), “toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a História como legitimadora das ações e cimento da coesão grupal”. Sendo assim, cabe-nos encontrar na historiografia catarinense² os elementos demarcadores que serviram para o desenvolvimento da história oficial da cidade.

A análise bibliográfica do tema revela, porém, uma grande diversidade de interesses divergentes, que servem melhor como instrumento para compreender o contexto e a mentalidade dos autores da narrativa do que para entender seu objeto de estudo. Desde o tempo colonial até o século XX, as narrativas sobre Dias Velho variaram entre diversas perspectivas religiosas e nacionalistas, culminando na aceitação oficial de sua figura como elemento personificador da cidade de Florianópolis — enquanto, ao mesmo tempo, se omitia seu papel na escravização indígena.

Essas interpretações distintas e, por vezes, divergentes, servem para demonstrar que a diversidade de campos de experiência no qual os autores existem temporalmente influencia de modo essencial na construção historiográfica do passado. O sociólogo Michael Pollak, em seus estudos sobre memória, afirma que:

A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo (Pollak, 1992, p. 204).

Um exemplo pertinente do que afirma Pollak está na disputa historiográfica, que se tornou política, entre Evaldo Pauli e Osvaldo Rodrigues Cabral sobre se deveria-se ou não comemorar o tricentenário de Florianópolis em 1973. Pauli argumentava, usando como base o texto de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, que José Pires Monteiro, filho de Dias

² Ver: WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Santa Catarina em História**, n. 2, Florianópolis, 1995.

Velho, teria feito povoação na Ilha de Santa Catarina em 1673, especificamente no início da primavera: “Na falta de outras indicações, temos de escolher o dia 21 de Setembro, na condição de primeiro dia da primavera, para a festa aniversária da cidade” (O Estado, 1969, p. 2). Cabral demonstrou desconfiança quanto à afirmação e a escolha de uma data específica para um evento que não poderia jamais ser comprovado através da documentação (*Id.*, 1972, p. 3). Entretanto, em 2015, a Câmara de Vereadores da cidade aprovou, por unanimidade, um projeto de lei que instituía o ano de 1673 como data oficial da fundação de Florianópolis, mantendo, porém, 23 de março — data da emancipação política da vila do Desterro, ocorrida em 1726 — como o feriado de aniversário do município.³ No final, a decisão tomada pela Câmara de Vereadores teve o papel de confirmar, retroativamente, de maneira oficial a posição adotada por Evaldo Pauli no debate público contra Osvaldo Cabral.

Dessa forma, através da interferência estatal sobre a disputa historiográfica da memória local, uma versão oficial da história da ilha pretendeu ser estabelecida. Mais do que isso, a criação de monumentos em homenagem a Francisco Dias Velho através da ilha constitui uma tentativa de estabelecimento de uma memória coletiva local. De acordo com o sociólogo Maurice Halbwachs, toda memória coletiva é apoiada sobre quadros sociais que a delimitam e a moldam; nenhuma memória poderia subsistir imaculada à passagem do tempo, mas é moldada pelo meio externo que a envolve (Halbwachs, 1990, p. 25-52). Essa escolha indica o recorte deliberado de certas ações e certas datas, precisamente escolhidos para servirem à formação da memória oficial:

A história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado. Ou, se o quisermos, ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência (*Ibid.*, p. 67).

No caso de Francisco Dias Velho, esse recorte vai desde o estabelecimento de seu filho na ilha de Santa Catarina (1673) até sua morte violenta (entre 1687 e 1692). Mas, além disso, o mais importante para os fins a que nos propomos é analisar a forma como esse período e, especialmente, o final dele, é interpretado pelos autores posteriores, assim como analisar

³Após a aprovação da Câmara de Vereadores em junho de 2015, a lei sofreu um veto do prefeito César Souza Júnior em 27 de julho em virtude das dificuldades logísticas que a mudança de datas acarretaria. Porém, em setembro de 2015, a Câmara derrubou o veto do prefeito e a lei foi publicada no Diário Oficial de Florianópolis em 10 de setembro: FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 9.861**, de 10 de setembro de 2015. Dispõe sobre o ano de fundação de Florianópolis, instituindo o ano de 1673 como data de fundação do município. Diário Oficial Eletrônico do Município de Florianópolis, SC, edição nº 1540, 11 de setembro de 2015. pp. 15. Disponível em: https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/11_09_2015_19.05.19.981ce4b50828f81af45edc4f966ba229.pdf. Acesso em: 28 de abril de 2025.

quais textos sobreviveram ao tempo e quais serviram para a construção da memória oficial de Florianópolis. Para buscar estabelecer os marcadores dessa história, é preciso começar pelo primeiro.

A narrativa de Pedro Taques: Dias Velho como mártir da fé

O relato mais antigo a que temos acesso sobre a vida e morte de Francisco Dias Velho vem de Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777), um militar e historiador da colônia, focado principalmente nas histórias genealógicas das elites, sendo ele próprio oriundo de uma família de fidalgos. Sua principal obra, *Nobiliarquia Paulistana*, manteve-se guardada por mais de um século, só tendo sido publicada na íntegra em 1871, pela Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sob o título *Nobiliarchia Paulistana: Genealogia das Principaes Famílias de S. Paulo, coligida pelas infatigáveis diligências do distinto paulista Pedro Taques de Almeida Paes Leme*. Nela, Pedro Taques se propõe a relatar com grande exatidão e extensa minúcia os detalhes sobre as famílias importantes de São Paulo, desde sua chegada ao Brasil, os nomes de seus descendentes, seus casamentos e feitos mais notáveis.

Ele relata como Francisco Dias Velho teria se dedicado à expansão de suas terras para o litoral sul da América Portuguesa, com destaque especial à colonização e defesa da ilha de Santa Catarina. Em 1673, ele teria enviado seu filho José Pires Monteiro para explorar e estabelecer povoações na região e, mais tarde, se estabelecido ele próprio na ilha, fundando a igreja de Nossa Senhora do Desterro e desenvolvendo a agricultura:

Em 1675 foi em pessoa a esta povoação o capitão Francisco Dias Velho com novos gastos para se conseguir a dita povoação, onde esteve três anos, e voltou no ano de 1679, em que tudo o referido expôs no requerimento, que então fez na vila de Santos ao governador da capitania, pedindo-lhe de sesmária duas léguas de terra em quadra no distrito da ilha de Santa Catarina, onde já tinha igreja de Nossa Senhora do Desterro [...]. Tudo se lhe concedeu por sesmária⁴ em atenção ao grande serviço que fazia a Sua Majestade com a nova povoação e fundação das terras de Santa Catarina (Paes Leme, 1871, p. 25).

Os principais documentos que Pedro Taques utiliza estariam, segundo ele, localizados no cartório da Provedoria da Fazenda Real de São Paulo.

⁴ Sobre as dimensões das terras concedidas: “As dimensões são colossais: na Ilha ocupa toda a faixa central, das baías internas ao Atlântico; no continente fronteiriço têm ainda porção maior; mais ao sul dilata-se pelos campos de Araçatuba” (Pauli, 1987, p. 100).

O encontro com os corsários foi posterior, em dois momentos distintos. O primeiro, em 1687, quando o bandeirante teria capturado o navio do capitão inglês Thomas Frins, que desembarcou nas praias da ilha pensando estar ela desabitada. Dias Velho o prendeu e o enviou para ser julgado na vila de Santos por seus crimes de pirataria. Em virtude de seus serviços prestados à Coroa, ele teria recebido mais uma grande quantidade de sesmarias na região:

Dentro da mesma ilha em 1687 entrou um patacho inglês de arribada, cujo capitão era Thomas Frins, e pirata: o capitão-mor Francisco Dias foi a bordo, prendeu a este capitão e os mais ingleses, e baldeou para a terra por inventário todo o cabedal que lhe achou, e os remeteu presos à sua custa à vila de Santos, onde se achava então de correição o dr. ouvidor geral da repartição sul Thomé de Almeida e Oliveira. [...] Constatou, pela confissão do dito capitão inglês, que da Inglaterra tinha saído em uma frota de navios pequenos para Panamá do Porto Belo com 900 homens e andaram feito piratas em terras da coroa de Castela, [...] tivera encontro com castelhanos, que lhe mataram muitos homens, por cujo destroço os ingleses em vingança da rota lhes deram vários assaltos de pilhagem, até que em um assalto de um lugar de Porto Santo ficaram destruídos os ingleses em altura de 9 graus da costa do sul, ficando só ele capitão com sete homens em seu navio, e, já faltar de água, para cujo remédio e conserto de sua embarcação destruída tinha tomado o porto de Santa Catarina, onde fora preso pelo capitão-mor Francisco Dias Velho, o qual lhe havia mandado inventariar toda a fazenda, que se achava em dito navio (Paes Leme, 1871, p. 26-27).

O relato explicita a natureza jurídica do ato de Dias Velho; ele prendeu os piratas porque eram considerados criminosos, e os entregou às autoridades da Coroa para serem julgados. A segunda parte diz respeito a um certo retorno posterior dos piratas para o saque da Ilha:

Este grande cabedal ficou à R. F. devendo no zelo do capitão-mor Francisco Dias Velho, cujo prêmio foi a morte que lhe deram os hereges quando em 1692 voltaram sobre a mesma ilha armados de força de gente, e lhe tiraram a vida dentro do próprio templo [...] (*Ibid.*, p. 26-27).

Embora o termo usado “voltaram” pareça indicar que se trate dos mesmos comandados por Thomas Frins, em nenhum momento Pedro Taques explicita isso. Este segundo ataque, segundo ele, foi obra de belgas (*Ibid.*, p. 24), não de corsários ingleses com a missão de atacar as terras castelhanas. A motivação do ataque também não transparece, deixando de lado a possibilidade de uma vingança violenta de Thomas Frins por seu aprisionamento anos antes. Aparentemente, a única semelhança entre os dois ataques é a de terem sido realizadas por protestantes.⁵

⁵ Este saque do Desterro, portanto, seria de natureza semelhante aos saques de Thomas Cavendish à vila de Santos em 1591.

Alguns pontos sobre o relato de Pedro Taques devem ser levados em consideração. Primeiro, ele não especifica o local exato onde os corsários teriam desembarcado; a tradição que indica ter sido no norte da Ilha (na praia de Canasvieiras ou dos Ingleses) surge de interpretações posteriores com base em tradições locais. Em segundo lugar, Evaldo Pauli questiona a legitimidade do ano de 1692 como sendo o desse segundo ataque e propõe 1687 como uma alternativa (Pauli, 1987, p. 121). Além disso, embora não possamos pretender que Dias Velho tenha sido o único a morrer nesse segundo saque, ele é o único a ter a morte explicitamente narrada. Todos os seus filhos sobreviveram e são depois citados nominalmente por Pedro Taques, sendo eles sete: Custódia Gonçalves, Anna Ribeiro, Ignez Monteiro, João Pires Monteiro, José Pires Monteiro, Maria Pires e Bento Pires (Paes Leme, 1871, p. 27-30).

Em suma, o relato de Pedro Taques é bastante conciso, exaltando Dias Velho enquanto povoador-mor da Ilha, sem nunca, porém, se demorar nos elogios pessoais a ele. Esse padrão, no entanto, é rompido no relato de sua morte, que é exaltada como um ato heróico de defesa da fé católica contra os “hereges” protestantes:

[...] faleceu o dito capitão-mor povoador dentro da mesma igreja matriz, que a sua custa tinha feito construir de pedra e cal, e ornar com altar maior e colaterais e imagens, quando os belgas, saltando naquela ilha para a roubarem, como fizeram, pondo fogo a tudo, se passaram para a igreja, para executarem o sacrílego atentado contra as sagradas imagens, que o dito capitão-mor com resolução católica e brioso ânimo quis defender com a espada e broquel, até perder a vida dentro do mesmo sagrado templo, como mártir pela fé de Jesus Cristo, em 1692 (*Ibid.*, p. 24)

O arquétipo de mártir da fé parece estranho quando aplicado a um bandeirante, mas, no contexto dessa narrativa, o que o redime é sua morte, não sua vida — mais especificamente quem o matou. De modo semelhante, em respeito aos massacres de Cunhaú e Uruaçu, Lopo Curado Garro em carta dirigida aos mestres de campo João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros classifica os católicos que morreram pelas mãos de protestantes (holandeses, no contexto da guerra entre Portugal e Holanda pelo controle do nordeste brasileiro) como mártires e sofrendores das maiores ofensas:

[...] os flamengos despiram nus aos ditos moradores, e os mandaram pôr de joelhos (o que eles receberam com muita paciência, e os olhos em Deus) e logo chamaram aos brasileiros para os matar, o que se executou logo, fazendo nos corpos desses mártires tais anomalias, que são incríveis; e não contentes com elas, os ditos flamengos os ajudaram a matar, assim arrancando os olhos a uns, e tirando as línguas a outros, e cortando as partes vergonhosas, e metendo-lhas nas bocas (Garro, 1929, p. 11).

A violência explícita serve como uma perfeita distinção de caráter entre si mesmo e o inimigo, no qual os colonos portugueses se enxergavam como defensores da verdadeira fé e ao mesmo tempo vítima dos impiedosos hereges protestantes.⁶ Em 2017, o papa Francisco consagrou os brasileiros martirizados como santos da Igreja Católica.⁷

Pedro Taques, enquanto homem de seu tempo, partilhava da mesma mentalidade, e isso se refletiu na narrativa da morte de Dias Velho ao tentar retratá-lo como vítima indefesa (cercado por vários inimigos), morto para a glória de Deus (assassinado dentro do templo que ele próprio construiu), mas sem nunca deixar de ser valente e destemido (ao lutar para salvar as imagens da destruição). Ele é, ao mesmo tempo, vítima e herói, numa correlação decerto não intencional com a morte de Jesus Cristo.

Podemos apenas especular sobre o que realmente levou Dias Velho a tentar defender a igreja contra os saqueadores ou mesmo se essa última parte da narrativa de Pedro Taques (sem fazer referência a registros ou mesmo a qualquer tradição oral) possa ser levada em consideração historicamente. Apesar disso, é importante notar que, para o autor, o bandeirante teve uma morte heroica, beatificável, digna de um verdadeiro mártir da Igreja. Porém, ao contrário dos mártires de Cunhaú e Uruaçu, Dias Velho nunca chegou perto de ter qualquer menção honorífica eclesiástica a seu nome, tampouco há registros da existência de qualquer culto local na ilha de Santa Catarina que o justificasse. A razão disso é que, gradativamente, a imagem de Dias Velho como mártir da Igreja acabaria sendo substituída pela de protomártir civil, herói fundador catarinense.

Embora parte dos detalhes ainda não tenham sido esclarecidos satisfatoriamente, os contextos gerais do relato de Pedro Taques parecem ser, em geral, confiáveis e podemos afirmar que a morte de Francisco Dias Velho se deu pela mão de corsários estrangeiros que praticavam atos de pirataria nos mares da América do Sul (Cardoso, 2013, p. 73). A história de sua morte, porém, continuou a se desenvolver, se modificar e tornar-se mais violenta e heroica à medida que o tempo foi passando e os interesses políticos e historiográficos de Santa Catarina e do Brasil se tornaram livres da influência portuguesa.

Século XIX: Dias Velho como protomártir catarinense

⁶ Curiosamente, os protestantes pareciam pensar o mesmo em relação aos portugueses. A respeito disso ver: LODEWIJK, Hulsman. Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656. **Revista de História**, São Paulo, n. 154, p. 37–69, 2006.

⁷ Matéria disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/martires-de-cunhau-e-uruacu-sao-declarados-santos.ghtml>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

O povoado de Nossa Senhora do Desterro se tornou oficialmente uma vila separada de Laguna somente em 1726. A vila era pequena, esparsamente povoada e distante de uma posição de destaque na colônia (Corrêa, 2005, p. 43). Por causa disso, as menções ao seu passado histórico permaneceram escassas durante o século XVIII, mantidas apenas como tradições locais transmitidas oralmente. É apenas a partir do processo de independência que a história local de Santa Catarina passa a ser desvendada com maior vigor.

Coube a Paulo José Miguel de Brito, em 1829, publicar a primeira obra historiográfica relativa à província de Santa Catarina (Espíndola, 2010). Nela, há a primeira menção equivocada a Francisco Dias Velho como tendo o sobrenome Monteiro — que continuaria a ser repetido por mais um século na maioria das historiografias posteriores (Pauli, 1987, p. 76). Brito não tinha acesso ao relato de Pedro Taques e por isso ignorava as informações nele contidas; isso se demonstra quando ele diz que desconhecia as razões que levaram Dias Velho à ilha de Santa Catarina, assim como o nome de suas filhas (Brito, 1829, p. 14). Contudo, apesar de sua distância com relação aos eventos, Paulo Brito adiciona elementos à narrativa que seriam posteriormente incorporados à perspectiva oficial. Segundo ele, Dias Velho trouxe consigo para a ilha cerca de quinhentos trabalhadores indígenas, dois frades⁸ e a família brasileira — branca — de José Tinoco, sua esposa Inácia da Costa, suas duas filhas e um filho pequeno (*Ibid.*, p. 14). A respeito da primeira chegada dos piratas na ilha, Brito afirma tratarem-se de holandeses, não de ingleses, que Dias Velho teria se apossado de toda a prata contida no navio e que seus comandados indígenas teriam matado, a flechadas, integrantes do navio:

Velho Monteiro com os seus quinhentos índios foi atacar os holandeses, que vendo-se surpreendidos precipitadamente se embarcaram nas lanchas os que puderam, sendo os demais mortos a tiros de flechas, e Velho Monteiro se apossou de tudo quanto eles tinham posto em terra (*Ibid.*, p. 15).

Para Paulo Brito, não há a presença de Thomas Frins, nem de nenhum barco inglês, tampouco a prisão e escoltamento dos prisioneiros acusados de pirataria até a vila de Santos. Ele é explícito quanto à violência do encontro, mas não cita nenhuma repercussão jurídica do confronto e reitera que o povoador se apossou da mercadoria roubada. Brito, ao contrário de Pedro Taques, não se importa com as qualidades morais de Dias Velho, nem busca retratá-lo como um cristão ilibado.

⁸ Brito não inclui a ordem à qual eles pertenciam, mas Almeida Coelho, posteriormente, os indicaria como sacerdotes da Companhia de Jesus (Coelho, 1877, p. 5).

Quanto à sua morte, ele relata que foi um ato de vingança premeditado, efetuado cerca de um ano depois pelos mesmos marinheiros, que ocupavam um outro navio (*Ibid.*, p. 15). Sua casa foi invadida, a prata recuperada e Dias Velho assassinado:

Dispuseram-se os holandeses para atacar Velho Monteiro por surpresa, o que efetuaram, e o aprisionaram estando ele na cama; obrigaram-o a restituir a prata pertencente ao outro navio, e violentamente o levaram ao lugar em que ele disse que a tinha escondido. Neste conflito, observando Velho Monteiro que os holandeses faziam ações desonestas a suas filhas, quis desafrontar-se, e lançando mão do chifarote, que um deles tinha à cinta, outro lhe disparou um tiro de pistola nos olhos de que imediatamente caiu morto (Brito, 1829, p. 15).

Nesta versão não há nenhuma cena na igreja de Nossa Senhora do Desterro. Ao que parece, tudo se passa na residência particular de Dias Velho⁹, que mundanamente dorme despreocupado. Os bandidos que o acordam não são hereges, mas assaltantes vingativos em busca de seu butim perdido, e o clímax se dá pela reação do pai ao ver suas filhas serem assediadas pelos invasores. Todo o contexto da cena é profano; a ganância da prata é a causa motriz do encontro, a violência sexual leva à ira do pai e ao seu eventual assassinato. Sua morte ainda evoca uma bravura heroica, não mais como demonstração de uma fé redentora, mas de uma defesa honorífica de sua família. Dessa forma, a ausência do elemento religioso na narrativa demonstra uma mudança na tradição sobre Francisco Dias Velho ocorrida no século XIX: o povoador-mor ainda é católico, acompanhado por dois religiosos, mas seu empreendimento, sua vida e sua morte têm propósitos temporais essencialmente seculares.¹⁰

Décadas mais tarde, foi a vez de Manuel Joaquim de Almeida Coelho (1792-1871) criar seu relato. Embora Coelho não cite Paulo Brito entre suas referências, ambos compartilham da tradição sobre o sobrenome Monteiro pertencer a Dias Velho, além do ataque ter sido perpetrado por holandeses que teriam aportado na praia de Canasvieiras (Coelho, 1856, p. 7). O comandante da embarcação, porém, seria o corsário inglês Robert Lewis, cujo navio e tripulação estariam envolvidos ativamente na Guerra dos Trinta Anos contra os castelhanos, trazendo, assim, a data dos ataques para muito antes do que afirma Pedro Taques. Segundo Coelho, em 1666, após os ataques, a ilha já teria sido dividida novamente em sesmarias e concedida a Miguel Antunes Prompto e “outros treze companheiros de Guaratuba” (*Ibid.*, p. 9) enquanto que, para Pedro Taques, a colonização teria começado apenas em 1673 e Dias

⁹ Paulo Brito não explicita o local exato do esconderijo da prata.

¹⁰ Inclusive, Paulo Brito chega a afirmar que a igreja de Nossa Senhora do Desterro não teria sido concluída por Dias Velho, distanciando-o de um papel de edificador espiritual, além de material: “Um dos primeiros cuidados de Velho Monteiro foi a edificação de uma ermida, pouco distante de sua residência, a qual não chegou a acabar...” (Brito, 1829, p. 14).

Velho teria sido morto em 1692 (Paes Leme, 1871, p. 25). Evaldo Pauli corrobora com Pedro Taques, embora discorde quanto ao ano do ataque à ilha (Pauli, 1987, p. 121).

Quanto à morte de Dias Velho, Coelho reutiliza elementos da tradição anterior e adiciona outros inéditos:

Nessa noite, voltando os holandeses [...] caminharam por entre o mato, se apoderaram da igreja, para onde pela madrugada, assaltando a casa de Dias Velho, o levaram preso com toda sua família. Só ao amanhecer os índios souberam deste sucesso, e em vez de acudir ao seu chefe, covardemente o desampararam. Os holandeses não só insultavam barbaramente Dias Velho, como violavam suas filhas na sua própria presença. Inflamado, Dias Velho pretendeu arrancar a espada da cinta de um holandês e com ela desafrontar-se da injúria que sofria; mas um holandês, disparando-lhe um tiro de pistola na cara, fê-lo cair imediatamente morto (Coelho, 1856, p. 8).

A cena final se passa na igreja, como no relato de Pedro Taques, mas as intenções ainda são seculares. Os guerreiros indígenas abandonam Dias Velho deliberadamente;¹¹ a violência contra as filhas aumenta. Se, para Paulo Brito, os holandeses cometiam “ações desonestas” contra elas, Coelho afirma que eles as violavam perante o próprio pai. A falta de eufemismos para a violência sexual, exacerbada a cada novo relato, serve para acentuar ainda mais a injustiça cometida contra Dias Velho e sua família (Pauli, 1987, p. 125).

A principal fonte citada por Coelho é o Visconde de São Leopoldo (1774-1847), a quem ele chama de sábio (Coelho, 1856, p. 7), além de prováveis relatos de histórias orais. Sendo desterrense, Almeida afirma ser o recipiente de uma antiga tradição local:

Nossos avós, além do que nos referem alguns escritores, também nos transmitiram a notícia destes sucessos, afirmando terem visto por bastante anos, em uma das paredes desta igreja, as manchas de sangue de Dias Velho (*Ibid.*, p. 9).

Embora os habitantes novecentistas do Desterro fossem majoritariamente descendentes de imigrantes portugueses vindos para a Ilha a partir do século XVIII, é possível imaginar que uma tradição local inventada, com elementos reais sobre o passado histórico do vilarejo, tenha se mantido viva. Porém, seria absurdo pretender que as tradições locais inventadas *a posteriori* contivessem o cerne da realidade histórica local.

Na virada para o século XX, porém, a história local ganhou ares de verdade oficial. Em 1900, Virgílio Várzea (1863-1941) foi comissionado pelo governador Felipe Schmidt para escrever o livro *Santa Catarina: A Ilha* em um esforço nacionalista de comemoração dos 400

¹¹ Essa é a única versão no qual isso é descrito, sendo provável que Coelho tivesse ouvido pessoalmente ou simplesmente inventado o fato.

anos do descobrimento do Brasil.¹² Nele, Várzea utiliza Almeida Coelho como fonte para extrair os principais elementos da narrativa. Segundo ele, o “flibusteiro” Robert Lewis e sua tripulação holandesa desembarcaram em Canasvieiras e foram, em seguida, violentamente rechaçados por Francisco Dias Velho e os indígenas sob seu comando; um ano depois, o navio teria retornado para executar sua vingança (Várzea, 1984, p. 8). A novidade em Virgílio Várzea é seu estilo literário, transposto por sua carreira jornalística e política, que transforma a morte de Dias Velho em uma violenta tragédia shakespeariana:

[...] alta noite, os piratas tornaram, e tomando um dos atalhos da mata, caíram sobre as habitações, invadindo-as e aprisionando o colono com toda a família, bem como os padres e a Tinoco e os seus. Levaram-no para a ermida e lançando-se, com lascívia maruja, sobre as três moças virgens, as violaram mesmo à face dos pais. Ferido em plena alma, revoltado até a demência, Velho Monteiro investe, furioso, contra a infame chusma. Luta com dois ou três, num esforço titânico, tentando agarrar uma arma para defrontar-se, mas, só e único na ação, cai por fim sobre o solo, varado por um tiro de pistola que lhe dispararam no crânio (*Ibid.*, p. 8-9).

Apesar do texto de Pedro Taques ser o mais antigo, Várzea e Coelho não o citam como fonte, talvez porque não o conhecessem¹³ ou porque seu relato contrastasse com o deles. Paulo Brito e Almeida Coelho parecem ser recebedores de uma tradição desenvolvida localmente em uma época posterior aos eventos; Virgílio Várzea, por sua vez, apenas reitera a versão de Coelho.¹⁴

Séculos XX e XXI: Consolidação da memória

A primeira metade do século XX viu um grande renascimento na figura de Francisco Dias Velho como fundador de Florianópolis, impulsionada pelos contínuos esforços estatais de monumentalização na construção de uma identidade local. As comemorações do centenário da Independência serviram para o governador Hercílio Luz mandar erigir um obelisco de granito que diz: “Ao fundador da cidade, a antiga Desterro, Francisco Dias Velho, homenagem do governo do Estado. 1922”.¹⁵ Da mesma forma, em 2001 foi erigida uma

¹² Segundo os jornais catarinenses, Virgílio Várzea teria recebido um conto de réis como verba para esse projeto (República, 1900, p. 1; República, 1901, p. 1).

¹³ Coelho certamente não teve acesso à *Nobiliarquia Paulistana*, publicada na íntegra pelo IHGB apenas em 1871, após a sua morte.

¹⁴ Até mesmo a tradição das manchas de sangue na parede, citada por Coelho, é repetida na íntegra, de forma mais romantizada, por Várzea: “Narra a velha tradição catarinense, na sua linguagem enternecedora e simples, que os habitantes, sucessores da prole desventurosa do herói infeliz, viram, por muitos anos, clamando embalde vingança contra os assassinos, nas paredes silenciosas da ermida, as manchas negro-escarlates do sangue nobre da vítima” (Várzea, 1984, p. 9).

¹⁵ O artigo prossegue: “Como em tempo noticiamos, o obelisco de granito foi mandado levantar pelo ilustre sr. dr. Hercílio Luz para comemorar o centenário da independência, associando nesta homenagem o nome do

estátua de Dias Velho, em trajes bandeirantes, junto ao elevado com seu nome, no centro de Florianópolis.¹⁶

A caracterização de Dias Velho como povoador foi ainda mais ampliada através da pesquisa historiográfica de Affonso Taunay¹⁷, Lucas Boiteux¹⁸, Osvaldo Rodrigues Cabral¹⁹, Carlos Alberto Corrêa²⁰ e, principalmente, Evaldo Pauli.²¹ Nas obras deles, Dias Velho é descrito predominantemente como um homem de grande valor, representando ideais que conciliavam características de conquista e civilização:

Francisco Dias Velho foi o bandeirante valoroso, filho de uma raça bravia e ao mesmo tempo civilizadora, que criou na ilha de Santa Catarina um núcleo polarizador e capaz de desenvolvimento. Nesta condição é o fundador da cidade. A antiga tradição efetivamente sempre o reconheceu como tal. A grandeza do seu trabalho foi tal que, depois de seu trucidamento em 1687, tudo pareceu acabado, apesar de efetivamente nas cinzas do seu trabalho estar ainda bruxuleando a ideia-mãe de uma grande cidade, por mais que isso demorasse (Pauli, 1987, p. 74).

Esse esforço deu frutos duradouros em 1920, quando a figura de Dias Velho, totalmente caracterizado como bandeirante, foi incluída oficialmente no brasão de armas de Florianópolis; em 1976, essa posição foi reiterada, quando o então prefeito biônico do município, Esperidião Amin, aprovou uma versão atualizada,²² que permanece em uso até hoje.

Nos anos 2000, novas pesquisas arqueológicas trouxeram elementos que reforçaram a narrativa histórica sobre Dias Velho. Ao escavarem o fundo do mar na Praia dos Ingleses, os pesquisadores encontraram resquícios de um barco que presumiram pertencer a Thomas Frins (Noelli, Viana, Moura, 2009, p. 183). Anos depois, com maior aprofundamento sobre o caso, os arqueólogos chegaram à conclusão de que sua hipótese poderia estar correta (Noelli, Monteiro, Viana, 2011, p. 311). Posteriormente, fundamentada nessa teoria, a construção de

fundador da povoação do Desterro, cujo nome injustamente esquecido s. ex. fez reviver num monumento, que ontem recebeu a definitiva consagração com a colocação das duas placas acima referidas” (República, 1924, p. 1).

¹⁶ FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 5862/01**, de 2 de julho de 2001. Denomina bem público municipal e autoriza ereção de estátua. Lei orgânica. Florianópolis, SC, 2 de julho de 2001. Disponível em: <https://www.cmf.sc.gov.br/proposicoes/Leis-ordinarias/2001/5/0/73277>. Acesso em: 28 de abril de 2025.

¹⁷ TAUNAY, Afonso. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo, SP. 1953.

¹⁸ BOITEUX, Lucas Alexandre. *A Pequena História Catarinense*. Florianópolis: Off. A Elect. da Imprensa Oficial. 1920.

¹⁹ CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *Raízes Seculares de Santa Catarina*. Angra do Heroísmo, Portugal. 1948.

²⁰ CORRÊA, Carlos Humberto P. *História de Florianópolis - Ilustrada*. Florianópolis: Insular. 2005.

²¹ Pauli defendeu ativamente a oficialização do ano de 1673 como a data oficial da fundação de Florianópolis e Francisco Dias Velho como seu edificador (O Estado, 1969, p. 2).

²² FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 1408/76**, de 15 de março de 1976. Altera o brasão de armas do município e dá outras providências para o seu uso. Lei ordinária. Florianópolis, SC. 15 de março de 1976. Disponível em: <https://www.cmf.sc.gov.br/proposicoes/leis-ordinarias/0/394/0/79716>. Acesso em: 28 de abril de 2025.

um museu na Praia dos Ingleses²³ serviu para fortalecer a narrativa histórica da historiografia oficial, que não somente preserva a memória do naufrágio, mas também solidifica a imagem de Francisco Dias Velho como o fundador da vila, vítima de um ataque estrangeiro injusto e um ancestral de Florianópolis — um arquetípico Eneias catarinense.

Dias Velho como predador de indígenas: uma ausência na construção da memória

A necessidade do avanço dos bandeirantes vicentistas para as terras ao sul constituía dois âmbitos distintos que motivavam os interesses da coroa e o dos próprios bandeirantes, conforme mencionado por Pedro Taques. Primeiramente, o geopolítico, para garantir à recém restaurada coroa portuguesa a supremacia sobre terras que pudessem vir a ser reclamadas pelos castelhanos, através da instalação de colonos portugueses, de modo semelhante ao que foi feito na Colônia de Sacramento: “Nesta ilha, fez o capitão-mor povoador muitos serviços à real coroa, impedindo aos castelhanos não se estabelecerem nas terras da costa do sul” (Paes Leme, 1871, p. 26). Em segundo lugar, o interesse dos bandeirantes na captura de nativos ainda não inseridos no sistema colonial para trabalharem nas suas propriedades particulares, que se expandiam pelo interior do continente (*Ibid.*, p. 26).

Segundo John Monteiro, após 1640 as bandeiras se expandiram para o sertão ainda inexplorado para o suprimento das necessidades de mão-de-obra em São Paulo:

Apesar dos pretextos e resultados variados que marcaram a trajetória das expedições, a penetração dos sertões sempre girou em torno do mesmo motivo básico: a necessidade crônica da mão-de-obra indígena para tocar os empreendimentos agrícolas dos paulistas (Monteiro, 1994, p. 57).

Dessa forma, a aliança entre a política colonial portuguesa e os interesses particulares dos bandeirantes propiciou o avanço contínuo das expedições pelos sertões da América Portuguesa (*Ibid.*, p. 58-59). A expulsão violenta dos povos que ocupavam as terras desejadas era uma política fundamental para o avanço das povoações pelo interior da colônia, assim como a manutenção da força de trabalho indígena. A presença de indígenas (como trabalhadores livres ou escravizados) era considerada essencial nas expedições pelo interior para a realização de trabalhos manuais necessários e para servir de guia nas picadas através dos sertões e rios desconhecidos pelos paulistas (Cardoso, 2013, p. 44-45).

Além disso, um fator comumente ignorado sobre a origem de Dias Velho é a sua própria ascendência indígena, como efeito dos processos de mestiçagem (comumente relacionados a

²³ O Museu do Naufrágio, atualmente ativo e localizado no canto direito da Praia dos Ingleses.

violências sexuais). Evaldo Pauli é o único historiador do século XX que faz menção a ela, brevemente, ao afirmar que nele “o sangue indígena corria pelas veias, ainda que em escala reduzida” (Pauli, 1987, p. 76). Para Vitor Hugo Cardoso, a ausência dessa informação na historiografia catarinense é proposital:

[...] esse silêncio voluntário pode estar ligado ao fato de Dias Velho ser considerado um dos principais personagens da história de Santa Catarina, e que como tal, em razão da sua proeminência no século XVII e dos seus grandes feitos, a sua origem não deveria de ser outra senão a portuguesa, branca, mesmo que não fosse declarada. Para a elite intelectual e política de Florianópolis – não mais da antiga Desterro escravista dos tempos da Colônia e Império – assumir que o principal “herói” da história do estado de Santa Catarina, o fundador da capital, era um mestiço, talvez não imprimisse o sentido moral-cívico que a “história-memória” via IHGSC deveria comunicar na Primeira República (Cardoso, 2013, p. 50-51).

A ascendência de Dias Velho, porém, não lhe conferiu ligação específica com nenhum grupo indígena e certamente não impediu seu trabalho de preação no interior (*Ibid.*, p. 41). Segundo Pedro Taques, ele teria acompanhado seu pai, Francisco Dias, no sertão dos Patos, o que teria sido essencial para que o jovem aprendesse os métodos bandeirantes usuais de violência e captura de pessoas (Paes Leme, 1871, p. 25). A participação do pai e filho na predação de indígenas na costa de Santa Catarina também é reiterada pelo historiador Walter Piazza (1983, p. 112).

A morte do pai em 1645 (Paes Leme, *op. cit.*, p. 25) não impediu a concretização do empreendimento colonial nas terras do sul. Pelo contrário, as benesses materiais deixadas como herança certamente auxiliaram nela:

Não foi somente a experiência de sertanista; Francisco Dias deixou também para os seus filhos alguma riqueza para que os mesmos pudessem continuar a desenvolver as suas próprias empresas. Dentre os bens arrolados em seu inventário constavam bens de raiz [...], “escravos de Angola”, “gente forra do gentio da terra” [...], gado vacum e ferramentas (Cardoso, 2013, p. 43).

Considerações finais

O projeto de povoamento de Dias Velho tinha dois objetivos originais principais: a afirmação da supremacia portuguesa na costa da região sul e a conquista e subjugação dos povos indígenas locais. Para a obtenção desses objetivos, para acolher a própria família de Dias Velho, seus trabalhadores (livres e escravizados), assim como os animais e outros bens, era necessária a criação de uma povoação na ilha, além do desenvolvimento de uma produção agrícola local para a subsistência. O Estreito, devido à sua posição geográfica ideal em baía

protegida, foi o local escolhido. Dessa forma, podemos entender que o suposto projeto de povoamento seria apenas uma necessidade logística para a consolidação dos objetivos anteriores.

No entanto, isso foi ignorado na construção da memória nos séculos XIX e XX. Brito afirma não conhecer as razões que levaram Dias Velho à ilha, não sabendo dizer se tratava de um mero ímpeto aventureiro ou de um interesse comercial nas terras do sul (Brito, 1829, p. 14). Coelho também desconhece as razões de Dias Velho, restringindo-se a relatar apenas que ele se mudou da vila de Santos para a Ilha com a sua família (Coelho, 1856, p. 5). Virgílio Várzea, em sua romantização oficializada da Ilha de Santa Catarina, parece ignorar até mesmo que Dias Velho era um bandeirante, tratando-o meramente como um camponês em busca de uma vida melhor:

Velho Monteiro era um laborioso agricultor de Santos, que, ao ter notícias constantes da Ilha de Santa Catarina, do comércio que aí se fazia e da índole mansa dos indígenas, resolvera transportar-se para ela com toda a família (Várzea, 1984, p. 7).

A escolha recorrente desses escritores por ignorar os interesses reais de Dias Velho colaborou para a construção de um mito fundador ampliado no século XX e que perdura até os dias de hoje:

O melhor símbolo de um povo é a fisionomia da cidade em que habita. A nossa tem um horizonte de cantante harmonia. Possui trezentas primaveras de alegria. A força vibrante do bandeirantismo de Dias Velho e a potência vitoriosa que a força dos anos imprime (O Estado, 1969, p. 2).

Em suma, a vitória simbólica da memória de Francisco Dias Velho como fundador civil do Desterro reflete um longo processo de construção histórica e monumentalização. Inicialmente reconhecido pela memória local como vítima de pirataria, sua imagem evoluiu para a de um mito fundador. O vicentino deixou de ser apenas um bandeirante à procura de riquezas para se tornar um herói civilizador e personificador da própria cidade que fundou. Essa transformação foi impulsionada tanto por esforços historiográficos quanto por ações culturais e governamentais que buscaram enaltecer sua figura como idealizador e precursor da cidade de Florianópolis. A inclusão oficial de sua imagem no brasão de armas do município, além da edificação de monumentos em sua homenagem, determina a consolidação desse processo.

Referências bibliográficas

BOITEUX, Lucas Alexandre. **A Pequena História Catarinense**. Florianópolis: Off. A Elect. da Imprensa Official. 1920.

BRITO, Paulo José Miguel de. **Memoria politica sobre a capitania de Santa Catharina**: escripta no Rio de Janeiro em o anno de 1816. Lisboa, 1829.

CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. **As dinâmicas político-territoriais de uma comunidade periférica no sul da América Portuguesa**: a ilha de Santa Catarina e seu continente, 1680-1750. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 39-74. 2013.

COELHO, Manuel Joaquim de Almeida. **Memória histórica da província de Santa Catarina**. Desterro: Typographia Desterrense de J. J. Lopes, 1877.

CORREIA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis** - Ilustrada. Florianópolis: Insular. 2005.

ESPÍNDOLA, Ariana Moreira. Relatos da Política. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 113-116, 2010.

GARRO, Lopo Curado. Breve, verdadeira e autêntica relação das últimas tiranias e crueldades que os pérfidos holandeses usaram com os moradores do Rio Grande, 23 de Outubro 1645. **Publicações Avulsas do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro, 1929.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HOBBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2008. pp. 9-23.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NOELLI, Francisco Silva; MONTEIRO, Patrícia Cardoso; VIANA, Alexandre. Praia dos Ingleses 1: Arqueologia subaquática na Ilha de Santa Catarina, Brasil (Parte 2). **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Brasil, n. 21, p. 293–314, 2011.

NOELLI, Francisco Silva; VIANA, Alexandre; MOURA, Marcelo Lebarbenchon. Praia dos Ingleses 1: Arqueologia subaquática na Ilha de Santa Catarina, Brasil (2004/2005/2009). **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Brasil, n. 19, p. 179–203, 2009.

PAES LEME, Pedro Taques de Almeida. Nobiliarquia Paulistana: Genealogia das principais famílias de S. Paulo. **Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil**, 1º trimestre, 1871. p. 25-27.

PAULI, Evaldo. **A Fundação de Florianópolis**. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

PIAZZA, Walter. **Santa Catarina**: sua história. Florianópolis: Ed. da UFSC/Lunardelli, 1983.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. pp. 200-215.

TAUNAY, Afonso. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. São Paulo, 1953.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina: A ilha**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1984.

WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Santa Catarina em História**, n. 2, Florianópolis, 1995.

Legislação

FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 5862/01**, de 2 de julho de 2001. Denomina bem público municipal e autoriza ereção de estátua. Lei orgânica. Florianópolis, SC, 2 de julho de 2001. Disponível em: <https://www.cmf.sc.gov.br/proposicoes/Leis-ordinarias/2001/5/0/73277>. Acesso em: 28 de abril de 2025.

FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 9.861**, de 10 de setembro de 2015. Dispõe sobre o ano de fundação de Florianópolis, instituindo o ano de 1673 como data de fundação do município. Diário Oficial Eletrônico do Município de Florianópolis, SC, edição nº 1540, 11 de setembro de 2015. pp. 15. Disponível em: https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/11_09_2015_19.05.19.981ce4b50828f81af45edc4f966ba229.pdf. Acesso em: 28 de abril de 2025.

FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 1408/76**, de 15 de março de 1976. Altera o brasão de armas do município e dá outras providências para o seu uso. Lei ordinária. Florianópolis, SC. 15 de março de 1976. Disponível em: <https://www.cmf.sc.gov.br/proposicoes/leis-ordinarias/0/394/0/79716>. Acesso em: 28 de abril de 2025.

Jornais

República - Órgão do Partido Republicano Catarinense, Florianópolis, ano 11, n. 117, 7 de Abril de 1900, p. 1. Disponível em: <https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/892319/10916?pesq=Virgilio%20Varzea>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

Louvor adiado. **República - Órgão do Partido Republicano Catarinense**, Florianópolis, ano 12, n. 98, 16 de Março de 1901, p. 1. Disponível em: <https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/892319/12110?pesq=Virgilio%20Varzea>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

Uma homenagem. **República - Órgão do Partido Republicano Catarinense**, Florianópolis, ano 19, n. 1604, 21 de Março de 1924, p. 1. Disponível em: <https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/892319/20140?pesq=%22Francisco%20Dias%20Velho%22>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

PAULI, Evaldo. Diante do Tricentenário da fundação de Florianópolis. **O Estado**, Florianópolis, ano 55, n. 16.232, 25 de Setembro de 1969, p. 2. Disponível em: <https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/884120/102771>. Acesso em: 13 de jan. de 2025.

Aniversário da Capital. Mais uma tese: Ao invés de 300, 150 anos. **O Estado**, Florianópolis, ano 58, n. 17.071, 16 de Dezembro de 1972, p. 3. Disponível em: <https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/884120/111846>. Acesso em: 13 de jan. de 2025.